Requerimento nº 287/09

19 de outubro de 2009

JOSÉ FERNANDES

REQUER INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL COM RELAÇÃO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) EM NOSSO MUNICÍPIO

Considerando que o Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 69,01 a R\$ 137,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 69,00), de acordo com a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004;

Considerando, ainda, que o PBF integra a estratégia FOME ZERO, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome;

Considerando que as condicionalidades são os compromissos (nas áreas da Educação, da Saúde e da Assistência Social), assumidos pelas famílias, que precisam ser cumpridos para que continuem a receber o benefício do Programa Bolsa Família. Na **Educação**: frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos. Na **Saúde**: acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos. E na **Assistência Social**: frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil;

Considerando, ainda, que o objetivo das condicionalidades não é punir as famílias, mas responsabilizar de forma conjunta os beneficiários e o poder público, que deve identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades e implementar políticas públicas de acompanhamento para essas famílias. Dentre as competências dos municípios, cabem: - identificar as famílias que compõem o público-alvo do Cadastro Único e registrar seus dados nos formulários específicos; - analisar os dados e zelar pela qualidade das informações coletadas; -

manter atualizada a base de dados municipal do Cadastro Único; e dispor de infraestrutura e recursos humanos permanentes para a execução das atividades inerentes à operacionalização do CadÚnico;

Requerimento nº 287/09

19 de outubro de 2009

JOSÉ FERNANDES

Considerando que foi publicada matéria na Folha de São Paulo, cuja manchete “Governo ignora frequência escolar de 8.000 crianças” se refere a 89 prefeituras da região de Ribeirão Preto, que ignoram se 8.698 crianças atendidas pelo Programa Bolsa Família vão de fato à escola. Um número que representa 7,5% do total de 115 mil crianças em idade escolar, cujas famílias recebem o benefício;

Considerando, ainda, que o levantamento foi feito pelo Ministério da Educação, utilizando dados da frequência escolar de fevereiro e março. Como vimos antes, a frequência escolar das crianças é uma das obrigações da família beneficiada, sendo o seu acompanhamento um dever das prefeituras. As famílias incuidas no Programa poder ter o benefício cancelado se a criança faltar mais que o percentual estipulado no bimestre;

Considerando, que a reportagem cita as prefeituras, dos menores e dos maiores municípios, as com maior e as com menor envio de dados para o levantamento. De observar, que alguns municípios questionaram o resultado do relatório e que, segundo o diretor de estudos das vulnerabilidades educacionais do Ministério da Educação, as principais dificuldades das prefeituras com os dados não enviados referem-se as famílias que migraram para outras cidades ou estados e não comunicaram o seu município;

Considerando, finalmente, a importância da matéria, assim como a necessidade de estarmos bem informados em relação a ela;

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e atendidas as formalidades regimentais seja oficiado ao *Dr. Ézio Spera*, DD. Prefeito Municipal, solicitando que Vossa Excelência, preste a esta Casa de Leis, após consulta às

Secretarias Municipais da Educação e da Assistência Social, as seguintes informações:

1)-	Quantas famílias assisenses atualmente são beneficiadas com o Programa Bolsa Família?
2)-	Como as condicionalidades (nas áreas da Educação, da Saúde e da Assistência Social) assumidas pelas famílias vem sendo monitoradas?

Requerimento nº 287/09

19 de outubro de 2009

JOSÉ FERNANDES

3)-	Quanto a publicação da Folha de São Paulo, referente ao levantamento que foi feito pelo Ministério da Educação, utilizando dados da frequência escolar de fevereiro e março, qual a situação do nosso Município?
------------	--

SALA DAS SESSÕES, em 19 de outubro de 2009.

JOSÉ FERNANDES
Vereador – PT

SK/sk